

# Prefeitos & Gestões

Ano II - Edição Nº 11-2010

Prefeitos  
& Gestões

SP

Revista Prefeitos&Gestões-SP  
começa a circular nas  
645 prefeituras do estado

P&G  
ELEIÇÕES  
2010

2011  
2014

PAC  
CPMF  
PMDB  
REPASSE

A NOVA PRESIDENTE E OS MUNICÍPIOS

## O QUE VAI PESAR NA BALANÇA

### Eleições 2010

Análise dos fatos e resultados

### Municípios

Revitalização de áreas  
históricas: Santos e São  
Luís do Paraitinga, SP

### Saúde do Município

Ministério da Saúde aumenta  
verba para transplante de órgãos

### Cooperativismo

Reforço de verbas para  
agricultura familiar



# GOVERNO INVESTE EM COMPRAS SUSTENTÁVEIS

Contratações de serviços e obras públicas feitas pela União, governos estaduais e municípios devem atender às normas ambientais

O governo federal pretende utilizar o seu poder de compra e de contratação de serviços e obras públicas, que hoje representam 15% do Produto Interno Bruto, para desencadear ações de proteção ao meio ambiente por intermédio de compras públicas sustentáveis. Desde janeiro deste ano, quando foi publicada uma Instituição Normativa pelo Ministério do Planejamento, as compras do governo federal, assim como as contratações feitas por estados e municípios com recursos da União terão de seguir regras específicas de sustentabilidade durante o processo licitatório, que pode favorecer prestadoras de serviços que trabalham com

produtos certificados com o chamado selo verde em seus negócios. A medida envolve desde a aquisição de itens básicos de material de escritório a contratação de obras de infraestrutura, cujas empresas contratadas deverão apresentar materiais com certificação ambiental. De acordo com a proposta do governo, o objetivo é economizar com a manutenção e operacionalização dos serviços, reduzir o consumo de energia e água durante as intervenções, além do uso de materiais reciclados e biodegradáveis – a norma também visa evitar a utilização de madeira ilegal. “O poder de compra do Estado representa cerca de 15% do PIB. Estes recursos, além de suprir a administração com bens, serviços







foto: Renato Amuijo

e as obras necessárias ao bom funcionamento do governo, se alocados em setores estratégicos podem trazer mudanças significativas na implementação de políticas públicas consideradas relevantes”, avalia Ana Maria Vieira, gerente de Projeto do Ministério do Planejamento.

Se observarmos a quantidade de recursos empreendidos nesse setor em 2009, foram R\$ 11,5 bilhões injetados em obras e instalações e R\$ 3,5 bilhões gastos com equipamentos e materiais permanentes, essa ação governamental pode gerar resultados expressivos. Ana Maria destaca que entre as medidas que já têm gerado efeito prático está a proibição, desde fevereiro, de os departamentos do governo

(ministérios, autarquias e empresas estatais) comprarem computadores produzidos com substâncias tóxicas como o chumbo – a média de gastos com eletroeletrônicos chega a R\$ 600 milhões. “Essa mudança de paradigma deverá incentivar investimentos na inovação tecnológica, gerando processos produtivos mais limpos. O poder público deve ser racional e, sobretudo, dar exemplo para a sociedade”, diz Ana Maria. O tema sustentabilidade não é algo novo no âmbito do poder público, embora há quem afirme que tal assunto é sempre tratado como compêndio de políticas públicas. Ana diz que o governo federal espera colher bons frutos em longo prazo.



Para isso, técnicos do Ministério do Planejamento estão promovendo diversos eventos e cursos para fazer a informação chegar nos estados e municípios. “Temos tido a preocupação de capacitar também esses entes federativos em todos os eventos realizados pelo governo federal, inclusive em cursos à distância. Com isso, esperamos incentivar os gestores públicos a aderirem a uma nova forma de compras de bens e serviços, que visem o bem social e o respeito ao meio ambiente”, prevê a gerente.

Ainda com base nos desdobramentos dessa prática sustentável, Ana Maria observa que em 2006 apenas 3% dos serviços contratados pelo governo eram celebrados junto a empresas de pequenas e de médio porte. Atualmente, cerca de 28% das contratações são feitas nesse segmento, a fomentar o desenvolvimento das micros e pequenas empresas. “Particularmente em relação aos municípios, a adoção deste tipo de política de uso do poder de compra no desenvolvimento local cria um ciclo de riqueza muito interessante, já que os recursos municipais são alocados nas empresas da região, o que provoca um aumento de renda e, portanto, do consumo que, por sua vez gera um aumento dos impostos municipais”, enfatiza. Mais informações podem ser consultadas neste site <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/>.

## Corrida ambiental

Enquanto o governo federal busca fomentar o processo de consumo sustentável mediante normas internas, o segmento privado corre para se adequar às normas ambientais, que cada vez mais interferem nas atividades econômicas e sociais. Para uma empresa atuar com produtos sustentáveis não basta promoverem pequenos ajustes na cadeia de produção. Há de se observar critérios técnicos e de controle de qualidade, hoje regulados por normas legais. Especialista prevêem que, a despeito da “corrida maluca” atrás da rotulagem ambiental, as empresas devem passar a prestar serviços com garantias de redução de impacto ambiental para não estarem fora do mercado. Nesta entrevista exclusiva à Revista P&G, o especialista em sustentabilidade, Newton Figueiredo, que preside o Grupo SustentaX, faz uma análise desse cenário verde.

### ***P&G. Hoje como se dá a certificação de produtos e serviços que seguem as normas ambientais, de forma a certificar uma determinada empresa com o “selo verde”?***

*Newton Figueiredo: O mercado ainda desconhece as diferenças entre produtos ecológicos, verdes e sustentáveis. Assim, a rotulagem ambiental ou de sustentabilidade é instrumento importante para o consumidor (e gestores de compras) identificar produtos que tenham sustentabilidade comprovada. A rotulagem ambiental tipo I em conformidade à norma ISO NBR 14024:2004, como é o caso do Selo SustentaX, é um programa de terceira parte voluntário, baseado em critérios múltiplos, que outorga uma licença e autoriza o uso de rótulos ambientais em produtos, indicando a preferência ambiental de um produto dentro de uma categoria de produto específica com base em consideração do ciclo de vida.*

### ***P&G. A preocupação ambiental no processo industrial e administrativo do setor privado hoje é uma política sólida, ou as empresas ainda têm utilizado esse tema para melhorar o marketing corporativo junto aos clientes?***

*Newton Figueiredo: Existem empresas que já incorporaram a sustentabilidade em seu negócio, outras estão colocando em prática mudanças para tornarem-se mais sustentáveis.*





“

**Para muitas empresas ainda ter um produto “verde” é apenas neutralizar a produção ou então estampar na embalagem um selo próprio, se autoproclamando sustentável**

”

Muitas outras acham que sustentabilidade é apenas uma onda passageira; e existem aquelas que acreditam que vale tudo para se mostrarem verde, sem que de fato sejam. É o que chamamos de “corrida maluca para o verde”. Isto é para muitas empresas ainda ter um produto “verde” é apenas neutralizar a produção ou então estampar na embalagem um selo próprio, se autoproclamando sustentável. Mas, acreditamos que não existirão empresas sustentáveis sem produtos sustentáveis, da mesma forma que não poderão existir produtos sustentáveis de empresas que também não o sejam.

**P&G. Qual a sua opinião sobre a colaboração do poder público (governo federal, governos estaduais e prefeituras) no processo de responsabilidade socioambiental?**

Newton Figueiredo: É fundamental para incentivar o desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis, da mesma forma que também pode acelerar a procura por esses tipos de produtos e serviços, de acordo com os incentivos propostos tanto às empresas fabricantes como para o mercado consumidor (corporativo, governamental). Assim como incentivos que as prefeituras podem disponibilizar aos contribuintes. Por exemplo, a prefeitura de Campo Grande (MS) oferece descontos de até 10% no IPTU e ISS para empreendimentos residenciais, comerciais e para construtores, que tenham utilizado sistemas para captação de água de chuva, reuso de água, sistemas de aquecimento elétrico e hidráulico solar e materiais sustentáveis certificados. Já há projetos de leis em outras cidades como Sorocaba (SP), para oferecer descontos nos impostos para casas sustentáveis.



**P&G. Qual a maior dificuldade das empresas no que se refere a adaptação de matéria-prima e na execução de projetos sustentáveis em seus negócios?**

Newton Figueiredo: A sustentabilidade precisa ser incorporada ao negócio. Fazer ações desconectas pensando ora no ambiental ora no social, sem pensar na rentabilidade do negócio ainda é a principal dificuldade. O ponto de partida deve ser o planejamento estratégico de sustentabilidade a fim de tornar a empresa mais rentável e competitiva. Estabelecer ações para os públicos estratégicos, monitorar o retorno e a eficácia para correções e mudanças é fundamental quando falamos em sustentabilidade.

**P&G. Na prática como a SustentaX pode ajudar os órgãos de compra das prefeituras?**

Newton Figueiredo: O Selo SustentaX acabou de lançar o portal Gestores de Compras para ajudar os compradores (corporativos e governamentais) na identificação de produtos sustentáveis. O profissional encontra nesta área um formulário para incluir os dados do produto que deseja consultar. Com base nestas informações a equipe do Selo SustentaX avalia a qualidade e sustentabilidade que inclui as questões de salubridade, qualidade, responsabilidade socioambiental e comunicação responsável, além de, se solicitado, fornecer informações sobre atendimento aos critérios (legais), além de outros aspectos relevantes. **P&G**